



Universidade
ESTADUAL DA PARAÍBA
Centro de Humanidades
CAMPUS III GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

Linha de Pesquisa
Território e territorialidade

**A LUTA PELA CONQUISTA E PERMANÊNCIA NA TERRA E A
CONSTRUÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA**

DIEGO PESSOA IRINEU DE FRANÇA

GUARABIRA – PB
JUNHO/2011

Diego Pessoa Irineu de França

**A LUTA PELA CONQUISTA E PERMANÊNCIA NA TERRA E A
CONSTRUÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Campus III Guarabira, como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientador: professor. Dr. Belarmino Mariano Neto.

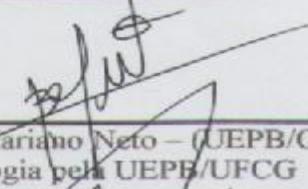
**GUARABIRA – PB
JUNHO/2011**

Diego Pessoa Irineu de França

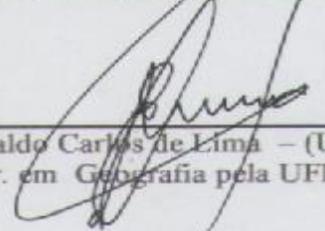
**A LUTA PELA CONQUISTA E PERMANÊNCIA NA TERRA E A
CONSTRUÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA**

Monografia aprovada em 22/06/2011

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto – (UEPB/CH/DG)
Dr. em Sociologia pela UEPB/UFCG



Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima – (UEPB/CH/DG)
Dr. em Geografia pela UFPE



Prof. Prof. Ms. Alexandre Peixoto Faria Nogueira – (UEPB/CH/DG)
Ms. em Geografia pela UFPB

**GUARABIRA – PB
JUNHO/2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

F814I França, Diego Irineu de

A luta pela conquista e permanência na terra e a
construção/consolidação dos territórios de esperança /
Diego Irineu de França. – Guarabira: UEPB, 2011.

71f. Il. Color.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC)
– Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto”.

**“A todos os assentados que
lutaram e ainda permanecem
lutando pela reforma agrária”**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar força nos momentos de dificuldade em toda minha trajetória de vida.

Agradeço especialmente a minha família, a minha mãe Gisélia e a meu pai Luíz pelas lições ensinadas e pela convivência durante esses 23 anos de minha vida. Aos meus irmãos João e Diógenes. A minha primeira sobrinha Luênia e minha cunhada Lucilene pelas vezes que quebraram o galho nas dificuldades afetivas e financeiras. Aos meus avós Odaíza e Aderbal e outros familiares pelo apoio concedido em vários momentos da minha vida acadêmica ou não.

Aos professores de todos os estágios do ensino básico que contribuíram para o caminho até chegar a Universidade.

Aos professores da Universidade responsáveis por parte significativa de minha formação acadêmica: A Belarmino, Fábio, Luciene, Ednilza, Alecsandra, Santana, Robson, Gilvan, Paulo, Ana Glória, Sérgio, Ernani, Aldo, Marcia, Débora, Rita, Mônica, Juliana, Regina, Jackson, Lima, Amanda, Severino, Waldeci, Lanusse, Wanilda, Rômulo, Marisa, Isaac, Genivaldo, Alômia, Bruno, Emília, Ivan entre outros professores de história, letras, pedagogia e direito com os quais mantive direto contato e com os quais aprendi muito.

Aos funcionários da UEPB em geral pela assistência prestada. Aos que compõe a coordenação de Geografia: Adielson, Tânia, Josenilton, Elisângela, Diego, Bao, João - valeu mesmo!

A todos os meus amigos do curso de Geografia Annely, Talis, João Paulo, Rennaly, Leandro, Letícia., Wellington M., Simone, Suziane, Juliene, Tamires, clemilson, Leandro, Izaías(Chatolino), Suelington, Max, Roni, Ivanildo(BiBa),Filipe, Ana Carla, Cleitiane, Leomar ... e todos os que não lembrei nesse momento de aperto pelos prazos de defesa ...obrigado.

A todos os participantes dos trabalhos de campo que fizemos durante os quatro anos em que estive nesta instituição. Somados os que estiveram na viagem para Sousa, Moteiro e Caruaru.

Aos que contribuíram com a compra da rifa beneficente ou com doações devido a perda do notebook, a estas pessoas sou grato, pois percebi a grande solidariedade presente nesta Universidade.

Ao programa de Iniciação científica pela oportunidade participar por dois anos como bolsista- fato que contribuiu muito para minha formação na pesquisa.

Agradeço também aos membros dos movimentos sociais, assentados, agricultores, acampados, pastorais, sindicatos, órgãos federais e estaduais, ONGs e etc. A CPT Guarabira: Zilma, Betinha, Maria, Ivanir, Severino, Pe. Luiz.

Aos amigos do futebol que foram importantes nos momentos de descontração: Alexandre, Ronaldo, Nil, Filipe, David, Sidney, Coca, Alexandro, Neto e muitos outros amigos. Aos amigos do cotidiano Nildinho, Suelen, Aninha, Mãe Nena, Darquinha, Altemar, Eitor, Romário, Deda, Dilene, Vanessa, Saiara ... enfim, a todos estavam presentes em minha vida.

*“Esta cova em que estás, com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida.*

*É de bom tamanho, nem largo, nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio.*

*Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida.*

*É uma cova grande pra teu pouco defunto
Mas estarás mais amplo que estavas no mundo.*

*É uma cova grande pra teu defunto parco
Porém mais que no mundo, te sentirás largo.*

*É uma cova grande pra tua carne pouca
Mas a terra dada não se abre a boca*

É a conta menor que tiraste em vida

*É a parte que te cabe deste latifúndio
(É a terra que querias ver dividida)*

*É a terra que querias ver dividida
(É a parte que te cabe deste latifúndio)*

Estarás mais ancho que estavas no mundo”

(Morte e Vida Severina de João Cabral de Melo Neto musicada por Chico Buarque)

043 - Geografia

Título: A LUTA PELA CONQUISTA E PERMANÊNCIA NA TERRA E A CONSTRUÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA

AUTOR: Diego Pessoa Irineu de França

ORIENTADOR: Profº. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

BANCA EXAMINADORA: Profº. Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/CH/DG);
Profº. Ms. Alexandre Peixoto Faria Nogueira (UEPB/CH/DG)

RESUMO

O principal objetivo desse trabalho é compreender as lutas pela conquista e pela permanência na terra no Agreste/Brejo paraibano no recorte temporal de 1996 a 2010 como elementos de construção do que entendemos como “Territórios de Esperança”. Assim, o território, enquanto categoria geográfica, é fundamental para entender a reforma agrária (tanto nacional como local) enquanto embates dialéticos entre diferentes classes bem como entre capital e trabalho tendo em vista a dominação econômica, político-cultural da região estudada. O estudo está pautado na pesquisa qualitativa e empírico-analítica que busca reduzir a distância entre a teoria e a realidade. Deste modo estabelecemos algumas áreas de assentamentos que constituem nosso universo de reflexão: 1-PA. Nossa Senhora das Graças; 2-PA. Nossa Senhora do Perpetuo Socorro; 3-PA. Nossa Senhora de Fátima; 4-PA. São Domingos e 5-PA. São José, localizados no município de Bananeiras-PB, na mesorregião do Agreste e na microrregião do Brejo paraibano. Alguns procedimentos metodológicos foram traçados como: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental junto a CPT- Guarabira-PB, pesquisa de campo e participação em eventos organizados por movimentos sociais tendo em vista ampliar a capacidade de entendimento da questão agrária. Portanto, compreendemos teórica e empiricamente que os assentamentos rurais (“Territórios de Esperança”) são construídos/conquistados pela luta para ganhar a terra e para sobreviver nela. Assim, embora apresentem problemas internos (materiais e/ou ideológicos) e sejam territórios submetidos parcialmente ao grande capital financeiro, representam sinalizações de transformação social no campo a partir do ganho da terra e, principalmente, do estabelecimento, em muitos casos, de relações sociais de trabalho e produção para além do capitalismo.

Palavras chave: Territórios de esperança; reforma agrária; assentamentos rurais.

043 - Geografia

Título: LA LUCHA POR EL LOGRO DE ESTANCIA EN LA TIERRA Y LA CONSTRUCCIÓN / EL FORTALECIMIENTO DE LOS TERRITORIOS DE LA ESPERANZA

AUTOR: Diego Pessoa Irineu de França

ORIENTADOR: Prof^o. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

BANCA EXAMINADORA: Prof^o. Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/CH/DG);
Prof^o. Ms. Alexandre Peixoto Faria Nogueira (UEPB/CH/DG)

RESUMEN

El objetivo principal de este trabajo es entender las luchas por la conquista y al permanecer en la tierra en la Agreste / Brejo de Paraíba en tiempo significativa desde 1996 hasta 2010 como elementos de construcción de lo que entendemos como "Territorios de la Esperanza". Así, el territorio, mientras que la categoría geográfica, es esencial para entender la reforma agraria (tanto nacionales como locales), como dialéctica luchas entre las diferentes clases y entre el capital y el trabajo con el fin de la dominación económica, los aspectos políticos y culturales del área de estudio. El estudio se basa en la investigación cualitativa y el análisis empírico que busca reducir la brecha entre la teoría y la realidad. Así, estableció algunas zonas de asentamiento que constituyen nuestro universo de pensamiento: 1-PA. Nossa Sra. Das Graças, 2-PA. Nossa Sra. de Fátima, 4-PA. São Domingos y 5 PA-. São José, ubicado en la ciudad de Bananeiras-PB, en mesorregião Agreste paraibano y microrregião el Brejo el Paraíba. Algunos procedimientos metodológicos se perfila como: una revisión bibliográfica, la investigación documental con CPT-Guarabira-PB, la investigación de campo y la participación en eventos organizados por los movimientos sociales con el fin de ampliar la capacidad de entender el problema de la tierra. Por lo tanto, entendemos que tanto teórica como empíricamente que los asentamientos rurales ("Territorios de la Esperanza") se construyen / conquistado por la lucha para ganar terreno y para sobrevivir. Así, a pesar de presentar problemas (materiales y / o ideológicas) y territorios están sometidos a gran parte el capital financiero, representan signos de la transformación social en el campo de la ganancia de la tierra, y sobre todo el establecimiento, en muchos casos, las relaciones sociales Producción y el trabajo más allá del capitalismo.

Palabras clave: áreas de la esperanza, la reforma agraria, los asentamientos rurales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa temático das terras em posse de famílias de latifundiários de acordo com memória de Frei Anastácio em 1950.	34
Figura 2 - As lutas na terra na Paraíba constituem um processo marcado por etapas de conquistas territoriais	41
Figura 3- Vista parcial da cobertura vegetal com destaque para a relação homem e natureza em convívio no PA. São Domingos	52
Figura 4 - Paisagem (re)configurada a partir da ocupação camponesa e infraestrutura governamental	52
Figura 5 - Altimetria do relevo, com destaque para os municípios de Serraria-PB, Bananeiras-PB, Solânea-PB, Cacimba de Dentro-PB e Araruna-PB	53
Figura 6-. Vista panorâmica a partir do PA. Varelo, em Araruna-PB, de áreas de assentamentos da região como a indicada pela seta que aponta para o assentamento Varelo de Baixo	53
Figura 7 - Casa de Farinha no PA. Nossa Sra. das Graças à esquerda	54
Figura 8 - à direita, produção de farinha – PA. Nossa Sra. das Graças	54
Figuras 9 - A esquerda conversa com o Sr. Juvenal	55
Figura 10 - À direita residência camponesa no PA Alto Grande	55
Figuras 11 - Vegetação típica do semiárido do noroeste de Bananeiras-PB	56
Figura 12 - Barragem Jandaia à direita no PA Nossa Sra. do Perpetuo Socorro	56
Figuras 13 - Casa de assentado a esquerda com destaque para a antena parabólica muito presente no Rural	56
Figura 14 - Cisterna sem conclusão no PA. Nossa Sra. do Perpetuo Socorro como exemplo do descaso nos assentamentos	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Terras ociosas e Metas do PNRA- (1985-1989)	26
Tabela 2 - Ocupações por famílias e assentamentos - (1985-2006)	27
Tabela 3 - Violência no Campo brasileiro – 2008-2009	29
Tabela 4 - Estrutura fundiária da Paraíba e Agreste por estrato de número, área e percentual de ocorrência dos estabelecimentos agrícolas – 1996	32
Tabela 5- Elementos apontados pelos moradores	57

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa dos assentamentos no Estado da Paraíba	36
Mapa 2. Destaque das microrregiões do Agreste paraibano	38
Mapa 3. Projetos de assentamentos – microrregião do Brejo paraibano	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição da entrevista de Frei Anastácio sobre as famílias tradicionais que dominaram a maior parte das terras paraibanas – 1950 concedida em 17 de maio de 2006	33
Quadro 2 - Versos de identidade	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Violência no campo brasileiro na década de 1990	27
--	----

LISTA DE SIGLAS

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CPT- Comissão Pastoral da Terra

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERPA- Instituto de Terras da Paraíba

PB- Paraíba

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FHC- Fernando Henrique Cardoso

PA - Projeto de Assentamento

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária

CEBs - Comunidades Eclesiais de Bases

PPONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

ORG – Organização

MP- Medida Provisória

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

PEC- Projeto de Emenda Constitucional

Ha – Hectare

PROALCOOL- Programa Nacional do Alcool

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

UEPB-Universidade Estadual da Paraíba

TDA - Títulos da Dívida agrária

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO-----	13
2. DO TERRITÓRIO AOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA----- -----	17
3. A REFORMA AGRÁRIA COMO UMA DISPUTA TERRITORIAL----- -----	22
3.1.O sistema de Sesmarias -----	22
3.2.Lei de Terras-----	23
3.3.Estatuto da Terra-----	24
3.4.Efeitos da estrutura fundiária-----	25
4. O ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO E A MESORREGIÃO DO AGRESTE-PB COMO UM FOCO DE CONFLITOS POR TERRA-----	30
4.1.Ocupação inicial do espaço agrário paraibano e agrestino-----	30
4.2.A concentração de terra e os conflitos agrários na Paraíba e no Agreste -----	32
5. ASSENTAMENTOS RURAIS NO AGRESTE/BREJO PARAIBANO COMO EXEMPLOS DOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA: LUTAS, DESAFIOS E CONQUISTAS-----	44
5.1.Construção da territorialidade camponesa em eventos e manifestações-	44
5.2.Assentamentos de reforma agrária como exemplos de luta pela terra---	46
5.2.1. PA Nossa Senhora das Graças-----	46
5.2.2. PA Nossa Senhora de Fátima-----	48
5.2.3. PA São José -----	50
5.2.4. PA São Domingos-----	51
5.3.Aspectos estruturais nos assentamentos-----	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	60
ANEXOS-----	65

1. INTRODUÇÃO

Desde o período colonial que no Brasil as mudanças mais significativas no campo surgiram a partir dos interesses das classes dominantes em realizar uma política de uso e ocupação das terras, de modo a favorecer seus ganhos e tornar as classes trabalhadoras cada vez mais subservientes. Foi assim no domínio da cana de açúcar, no ciclo do café e, atualmente, nos diversos tipos de monoculturas que o país produz. Nesse sentido, toda atividade de grandes proporções, desenvolvida historicamente dentro do território brasileiro é marcada pela desigualdade social, pelo monopólio e/ou oligopólio sobre a terra e pela dominação do homem pelo homem (ANDRADE, 2000).

De acordo com dados do IBGE (2010), a concentração de terra em nosso país é evidente e ao mesmo tempo disparo de modo que, os latifúndios dominam apenas 2,6% das propriedades do país, porém, estas compreendem cerca 56,7% das terras agricultáveis. Por outro lado, as pequenas propriedades que representam 62,2% dos imóveis nacionais, ocupam apenas 7,9% da área total agricultável do Brasil (IBGE, 2010 *apud* ORG. LIMITE DA TERRA, 2010). Sem contar que, em grande parte, ainda continuam sem produzir efetivamente (STRAZZACAPPA, 2006).

O processo de exclusão no campo chega a patamares tão elevados que as tensões e os conflitos pela terra, às vezes, são inevitáveis. De acordo com Fernandes (2008), na década de 1990 houve um aumento considerável nos números de ocupações, assentamentos e famílias assentadas especialmente nos períodos que compreendem os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que foram seguidas na década de 2000, com o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Isso se deu principalmente pela omissão de governos anteriores em concretizar a reforma agrária com seus planos e metas, fazendo com que as pressões realizadas por mobilizações sociais crescessem tanto.

A reforma agrária surge nesse contexto conflituoso e tem como principal argumento, não apenas a distribuição de terras, mas também, garantir à socialização das condições adequadas no campo para garantir a produção de alimentos imprescindíveis a alimentação brasileira, tendo em vista que 70% dos alimentos são provenientes de agricultores familiares. Assim, a terra deve cumprir sua função social como prever o artigo 186 da constituição de 1988, e não pode ser utilizada para benefício unicamente particular (STRAZZACAPPA, 2006).

No Nordeste essa realidade de luta por terra foi muito presente, desencadeando uma série de revoltas de resistência por parte de povos indígenas, camponeses e quilombolas contra os que exerciam verdadeiro oligopólio sobre terra e os meios de sobrevivência. Dessas lutas, ressaltam-se as históricas mobilizações das Ligas Camponesas¹ que na Paraíba disputaram importantes territórios que estavam sob o domínio dos canavieiros da Zona da Mata e do Agreste paraibano.

Na Paraíba, a estrutura agrária não foge da lógica do processo de ocupação e estruturação do espaço agrário nordestino, arraigada na monocultura e na pecuária. Nesse caso, a concentração é notada quando se analisa que apenas 0,8% do total de estabelecimentos, dominam 32,55% das terras, enquanto 80,4% dos estabelecimentos ocupam apenas 12,2% das terras do Estado (METIDIERO JR, 2008). Essa concentração fundiária propicia a maior ocorrência de conflitos entre os grandes proprietários que desejam expandir suas fronteiras e os pequenos agricultores que, por sua vez, tentam sobreviver na terra o que fez da Paraíba um foco de conflitos nos últimos anos (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Sem sombra de dúvidas, Moreira e Targino (1997) se destacam enquanto os principais teóricos a tratar da questão agrária da Paraíba, pois conseguiram fazer um aprofundamento histórico e geográfico sem perderem de vista os processos econômicos embutidos nessa questão. A relação do poder econômico das oligarquias rurais na Paraíba se confunde com a própria história do Estado, pois engendraram um poder político dessas elites agrárias, pois o jogo de poder passava diretamente pelos senhores de terra.

No entanto, os conflitos podem surgir à medida que existem terras improdutivas e trabalhadores sem terras com poucas perspectivas que, mobilizados por movimentos e entidades como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT)² e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), realizam ocupações com o intuito de serem assentados pelas leis da reforma agrária. Portanto, trata-se de uma disputa territorial constante entre classes antagônicas que por um lado, tem a classe camponesa que busca na terra um refúgio para sua sobrevivência, mas por outro, a classe dominante luta para não perder o controle (FERNANDES, 2008).

¹ Ver RANGEL, M. S. Medo da Morte; Esperança e vida: a história das ligas camponesas na Paraíba. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: UNICAMP, 2000.

² A CPT embora não identifique como um movimento social em muitos casos ela agia como um movimento, apoiando e até incentivando as ocupações na Paraíba no início e meados da década de 1990.

Nesta perspectiva, o conceito de território discutido no primeiro capítulo se faz indispensável como categoria de análise geográfica que permite compreender as lutas pela conquista e pela permanência na terra no recorte temporal de 1996 a 2010. Nesse sentido, estabelecemos, para realização da pesquisa empírica, algumas áreas de assentamentos rurais no município de Bananeiras-PB, os quais entendemos como “Territórios de Esperança”, tendo em vista que são territórios novos, contraditórios, todavia apresentam indicativos de transformação social a partir da socialização das terras e dos meios que propiciem a reprodução e melhoria da vida camponesa.

Os assentamentos escolhidos como universo de reflexão são: PA. Nossa Senhora das Graças; PA. Nossa Senhora do Perpetuo Socorro; PA. Nossa Senhora de Fátima; PA. São Domingos e PA. São José, localizados no município de Bananeiras-PB, na mesorregião do Agreste e na microrregião do Brejo paraibano. O estudo está pautado na pesquisa qualitativa e empírico-analítica onde buscamos reduzir a distância entre a teoria e os dados, para compreender os fenômenos pela sua descrição e interpretação da realidade.

Neste sentido, alguns procedimentos metodológicos tornam-se indispensáveis a realização do presente estudo:

- Levantamento bibliográfico para realizar uma fundamentação teórico-metodológica adequada a entender os assentamentos pesquisados; entrevistas com os agricultores para obter a história oral relacionada ao processo de criação do assentamento;
- Visitas as áreas de assentamentos: observação e descrição empíricas objetivando refletir sobre as condições materiais e imateriais que envolvem tais assentamentos;
- Participação em eventos realizados pelos movimentos e entidades seja o MST, a CPT, Via Campesina, entre outros, visando interagir com as atividades dos camponeses no intuito de melhor compreender as suas histórias, suas lutas e seus conflitos;
- levantamento das notícias oficiais relacionadas à consolidação do assentamento, atendo para suas formas de organização sócio-econômica e política bem como, suas perspectivas como assentados.

Além disso, a pesquisa documental na sede da CPT localizada no município de Guarabira-PB, permitiu obter informações sobre os assentamentos assistidos por ela, bem

como possibilitou-nos aprender um pouco mais sobre o papel desta entidade junto aos trabalhadores rurais assentados em grande parte da região do Agreste/Brejo. Percebemos que a CPT oferece apoio aos trabalhadores rurais para a reivindicação dos seus direitos, facilita parcerias através do diálogo entre as partes conflitantes (geralmente patrão e posseiro), presta serviços jurídicos aos camponeses, alerta sobre as consequências futuras inerentes ao mau uso da terra, além de apoiar com a doação de alimentos e apoio espiritual na época da luta pela terra.

Para melhor compreender a questão agrária no Agreste/Brejo, e, mais especificamente nos assentamentos, buscou-se entendê-los como um segmento de um todo que corresponde à questão agrária nacional e do Estado da Paraíba. Pois, partir da compreensão da realidade geral e específica, é possível entender que os processos locais e gerais se influenciam dialeticamente na construção do espaço (SANTOS, 1985).

No segundo capítulo, discutimos brevemente a “Reforma Agrária” como uma disputa territorial enfatizando a concentração de terra e os conflitos provenientes desta estrutura nacional que se iniciou desde o período colonial. O terceiro capítulo busca discutir as condições fundiárias e os conflitos pela terra na Paraíba e no Agreste, percebendo que estes segmentos não fogem da lógica de concentração de terra do Brasil.

Por último, no quarto capítulo, tentamos refletir sobre os assentamentos supracitados como exemplos de lutas, vitórias e dificuldades tanto para a conquista da terra como também para garantir sua permanência na terra o que compreendemos ser os territórios de esperança.

2. DO TERRITÓRIO AOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA

Para a compreensão da luta pela terra e pela sobrevivência na terra no Agreste/Brejo da Paraíba a partir de assentamentos rurais, parte-se da idéia de que esta é uma luta pela construção de “Territórios de Esperança”. Nesse sentido, buscaremos apresentar a conceituação da categoria geográfica “Território” e perceber que, quando aplicada à geografia agrária na perspectiva da luta camponesa, incorpora a si a esperança (Utopia) como um elemento fundamental para a transformação social. Dessa forma, contribui para realizar uma leitura da realidade pesquisada numa perspectiva de poder, de embates dialéticos entre classes e, principalmente, de mudanças sociais.

A ideia de espaço geográfico desenvolvida por Milton Santos se faz oportuna na discussão, pois a partir dela, pode-se compreender que o espaço é socialmente produzido e transformado através do trabalho humano em segunda natureza ou natureza socializada (SANTOS, 1980, p.163), ou ainda, como “o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 1996, p.71). Visto por este prisma, o espaço é compreendido na sua indissociabilidade com o tempo, que segundo Santos (1997) acontece por intermédio das técnicas.

Nesse sentido, o espaço é entendido como coexistência de tempos³, tempos tecnológicos diferentes,

que coabitam, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares. Estas diferentes formas de coexistir constituem materializações diversas, por consequência espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades (SUERTEGARAY, 2001).

Assim, o espaço geográfico e o espaço agrário como um dos seus segmentos, não constituem algo dado e acabado, mas algo dinâmico, condicionado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico.

³ Isso pode ser percebido empiricamente na presença de vários artefatos de épocas anteriores que ainda estão presente no campo como o arado para o cultivo da terra. Bem como estão presentes no mesmo espaço, motos, TVs, antenas, rede elétrica e etc. que são considerados objetos de tempos atuais.

A partir dessa ideia, de espaço dinâmico, mutável e complexo notamos que o território nem sempre foi tratado desta forma pela geografia. Na corrente da geografia tradicional, influenciada pelo determinismo natural no final do século XIX, houve a primeira sistematização do conceito de território por Friedrich Ratzel. Para ele, o território representa não só as condições de trabalho e de existência de um povo como também, um dos elementos fundamentais da formação e da garantia de existência do Estado.

Como bem mostra Moraes (2005), Ratzel define o objeto da geografia como o estudo da influencia que as condições naturais exercem sobre o homem. De modo que, a natureza influenciaria desde o caráter dos indivíduos (aspecto psicológico) até a própria condição social tendo em vista a fonte de riquezas que representava. Ele coloca no centro de suas análises a necessidade de domínio territorial pelo Estado e estabelece que as possibilidades de progresso ou a inviabilização de uma dada sociedade dependem dos limites e possibilidades impostos pelas condições naturais.

Desse modo, o território é para Ratzel o que ele denomina de “espaço vital” o qual tem como referência básica a relação entre sociedade e recursos disponíveis, (CAPEL, 1981). Nesta perspectiva, a perda do território significa decadência de uma sociedade assim como, ascensão não pode ser pensada sem expansão do domínio (MORAES, 2005). Essa concepção clássica de território acha-se relacionada à idéia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder caracterizando-se dessa forma, como um conceito político.

Durante muito tempo deixada em segundo plano pela Geografia, a questão do território emerge na atualidade de forma vigorosa, na esteira das mudanças econômicas, sociais e políticas que se processam em nível global. A discussão, porém, tem se pautado por uma falta de consenso sobre o seu significado, resultando numa multiplicidade de enfoques e conceitos. Numa tentativa de sistematização, Haesbaert (1997) agrupou as abordagens conceituais mais utilizadas, em três vertentes por ele consideradas como básicas: a jurídico-política, a cultural (ista) e a econômica.

A primeira, enfatiza os aspectos jurídicos-políticos principalmente vinculada as idéias de Estado e de fronteira (HAESBAERT, 1997, p.33). A abordagem cultural (ista) de território é aquela que prioriza a identidade espacial como produto de uma apropriação da dimensão simbólica e mais subjetiva do espaço. Nesse caso, o território é entendido “como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (HAESBAERT, 1997, p.39) e é tratado não apenas como território, mas também como lugar,

um imperativo, não tanto para a sobrevivência física dos indivíduos, mas, sobretudo para o ‘equilíbrio’ e a harmonia homem-natureza, onde cada grupo social estaria profundamente enraizado a um ‘lugar’ ou a uma paisagem, com a qual particularmente se identificaria (HAESBAERT, 2002, p.118).

Já a abordagem econômica destaca a “desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre capital-trabalho” (HAESBAERT, 1997, p.40). Apesar dessa tentativa de agrupar as diferentes abordagens conceituais de território, Haesbaert (1997) admite a preponderância de posições múltiplas. Nessa multiplicidade, porém dois aspectos estão sempre presentes: as noções de apropriação e de dominação. Nessa direção, destacam-se entre outras, a posição de Raffestin, a de Lefèbvre, a de Milton Santos e Haesbaert.

Segundo Raffestin (1980, p.143),

o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço.

Nesse sentido, Raffestin, utilizando a idéia de Lefebvre (1971)⁴, diz que o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1980, p.144).

Ao diferenciar espaços dominados de espaços apropriados, Lefèbvre (1986), considera que a apropriação e a dominação embora devessem aparecer juntas, a história (a da acumulação) é também a história da sua separação, da sua contradição onde que o dominante sempre ganha. Nesse sentido, segundo Haesbaert (1997), pode-se identificar no conceito de apropriação de Lefèbvre como,

um processo efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter predominantemente ‘funcional’, e uma dimensão simbólica, afetiva. A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar (HAESBAERT, 1997, p.41).

⁴ Lefebvre, Henri. *De l' État 4. Les contradictions de l' État moderne*. Paris, UGE, 1978. 259p.

Milton Santos (1980, p. 189), em posição muito similar a de Raffestin (1980), distingue de modo muito amplo, território de espaço, sendo o território “imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força” que não tem necessariamente a mesma extensão através da história, porém num certo momento “representa um dado fixo”. Já o espaço, é o território:

encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva de um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas (SANTOS, 1980, p.189).

Oliveira (2002) em estudos acerca da questão agrária brasileira, define o território como:

Produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um a *priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. (...) Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2002, p.74-75).

Nesse sentido, Fernandes e Molina (2004), consideram o território como um espaço político de ação e de poder. Assim, para eles, torna-se indispensável à compreensão do território como um conceito fundamental para perceber os enfrentamentos entre agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios.

Como foi visto, são várias as abordagens acerca da categoria território, porém aderimos a sua apreensão múltipla ou multilinear como a mais adequada para entender a realidade. Porém, aderimos à multiplicidade não como resultado da soma de idéias desagregadas, mas como a articulação de idéias que se fundem na busca da unidade, da totalidade para entender o território por suas múltiplas faces.

Assim como Moreira e Targino (2007), entendemos o território como um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir de relações de poder que se

estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico; como uma porção do espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém se destaca pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos; bem como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho.

Diante do processo de exploração e dominação das classes dominantes sobre as classes submissas, entendemos que os “Territórios de Esperança” são conquistados, ao mesmo tempo em que são construídos: pela luta e pela resistência camponesa para ocupar e permanecer na terra. Tratam-se de Territórios novos constituídos com base na utopia, na esperança e na solidariedade. Assim, os Territórios de Esperança representam um indicador da superação dos territórios de exploração muito comuns em toda região do Agreste/Brejo paraibano, marcados pela concentração fundiária, subordinação do trabalho e dependência político-cultural dos pequenos agricultores às oligarquias (MOREIRA; TARGINO, 2007).

Neste sentido, enxergando a realidade a partir da Geografia, temos como objeto de estudo o território camponês (Território de Esperança) conquistado e ao mesmo tempo construído por sujeitos sociais através da luta pela conquista e permanência na terra.

Portanto, como veremos nos capítulos seguintes, a concentração fundiária bem como a exploração do trabalho tem provocado diversos processos de insubordinação que resultam dos levantes de movimentos sociais organizados juntos com camponeses na busca pela distribuição mais equitativa das terras e pela melhoria das condições sociais no campo.

3. A REFORMA AGRÁRIA COMO UMA DISPUTA TERRITORIAL

Durante muito tempo houve a necessidade de uma reforma agrária no Brasil, fizeram leis que a efetivassem e criaram-se institutos que se encarregariam de desenvolver a política agrária nacional (ANDRADE, 1994). No entanto, ela não se concretizou totalmente, pois na atualidade ainda persiste a grande concentração de terras e, evidentemente, um grande número de camponeses sem dispor de espaço nem para sua própria subsistência. Prova disso são os dados do IBGE apresentados pela Org. Limite da Terra em 2010 que atesta essa realidade, ou seja, os latifúndios que representam apenas 2,6% das propriedades do país, detêm cerca 56,7% das terras agricultáveis. Por outro lado, as pequenas propriedades que representam 62,2% dos imóveis nacionais, ocupam apenas 7,9% da área total agricultável do Brasil⁵.

Essa realidade que se apresenta e que provoca os mais diversos conflitos por terra em todo o país, não é uma coisa nova, tem suas origens arraigadas na forma de ocupação e exploração do território nacional desde o período colonial até os dias atuais. Um processo que percorre toda a história do Brasil e que se mostra aos contemporâneos como um problema a ser resolvido tendo em vista a necessidade de milhares de pessoas em conseguir terra para garantir seu auto-sustento.

Além disso, a reforma agrária busca proporcionar a soberania alimentar brasileira do campo e da cidade, visto que a agricultura familiar, em minifúndios, emprega 77% da mão de obra rural (STRAZZACAPPA, 2006), produz cerca de 87% da mandioca, 70% do feijão, 58% do leite e 50% das aves, alimentos que abastecem a mesa do brasileiro (IBGE, 2006⁶).

3.1. O sistema de Sesmarias

A estrutura agrária se inicia a partir das primeiras doações de terras brasileiras em forma de sesmarias que acontecem por volta de 1530 como uma iniciativa de Dom João III, de ocupar as terras brasileiras. As sesmarias surgiram de uma necessidade portuguesa em produzir alimentos numa época que Portugal enfrentava uma grave crise econômica e muitos

⁵ Disponível em <<http://www.limitedaterra.org.br/campanha.php?cod=campanha>> acesso: 12 de Ago. 2010.

⁶ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1> Acesso: 06 de Set. 2010.

conflitos por terra entre proprietários e lavradores, provocando êxodo rural excessivo e a falta de alimentos nas cidades. Assim, através da Lei de sesmarias de junho de 1375, o rei português determinou que as terras deveriam ser distribuídas aos que quisessem cultivá-las. Portanto, a terra, na lei mencionada, tinha um sentido de produção de alimento e não de poder pelo menos teoricamente (STRAZZACAPPA, 2006).

Como bem afirma Strazzacappa (2006) esse sistema não vigorou bem, porque as terras concedidas acabaram não sendo exploradas adequadamente como previa a lei das sesmarias e também pelo fato de José Bonifácio, figura política influente da época, defender o uso das terras como previa a legislação sesmeira e, mais ainda, defendia o seu uso ecológico sob pena de devolução delas ao Rei em caso do descumprimento. Foi por isso, que os latifundiários se aproveitando da volta de Dom João VI para Portugal em 1821 e temendo perder suas terras, pressionaram Dom Pedro I a acabar com o sistema das sesmarias que por sua vez, ocorreu em 7 de setembro de 1822.

Como afirma a autora supracitada, o sistema das sesmarias dificilmente conseguiu fazer com que a terra fosse efetivamente aproveitada de forma racional e socialmente justa. Ao contrário, ele proporcionou o surgimento do latifúndio, pois as medidas adotadas pelo primeiro Governo Geral do Brasil, Tomé de Souza, facilitou a posse das terras mais férteis e próximas de mananciais hídricos, à privilegiados para fundação de engenhos e para os tivessem condições de desenvolver o cultivo da cana-de-açúcar.

Desta maneira, o latifúndio de monocultura foi favorecido pelos primeiros governos brasileiros em detrimento da policultura praticada principalmente por pequenos proprietários. Assim, pode-se notar que a estrutura agrária brasileira pouco mudou com a implantação da legislação agrária que deveria servir para uma reestruturação social no campo, mas que acaba, devido às condições conjunturais, sendo extremamente conservadoras (CHIAVENATO, 2004). A lei de terras é um exemplo disso.

3.2. Lei de Terras

Segundo Chiavenato (2004), a lei 601 conhecida como a “lei de terras”, transforma a terra numa propriedade que só pode ser adquirida mediante a compra. Para ele, a referida lei, serviu para consolidar a posse da terra nas mãos da elite brasileira bem como para estabelecer uma nova forma de mão-de-obra na terra através do incentivo a imigração estrangeira tendo em vista os grandes apontamentos históricos para o fim da escravidão.